

Daltio, Larissa Borges; Moraes, Antonio Carlos; Da Rocha, Luiz Alexandre Oxley

Currículo em movimento: Estudos das referências bibliográficas no projeto pedagógico

10mo Congreso Argentino de Educación Física y Ciencias

9 al 13 de septiembre de 2013

CITA SUGERIDA:

*Daltio, L. Borges; Moraes, A. C.; Da Rocha, L. A. O. (2013) Currículo em movimento: Estudos das referências bibliográficas no projeto pedagógico [en línea]. 10mo Congreso Argentino de Educación Física y Ciencias, 9 al 13 de septiembre de 2013, La Plata. En Memoria Académica. Disponible en:
http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.2981/ev.2981.pdf*

Documento disponible para su consulta y descarga en **Memoria Académica**, repositorio institucional de la **Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE)** de la **Universidad Nacional de La Plata**. Gestionado por **Bibhuma**, biblioteca de la FaHCE.

Para más información consulte los sitios:

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar> <http://www.bibhuma.fahce.unlp.edu.ar>



Esta obra está bajo licencia 2.5 de Creative Commons Argentina.
Atribución-No comercial-Sin obras derivadas 2.5

Currículo em movimento: estudos das referências bibliográficas no projeto pedagógico

Antonio Carlos Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo / Brasil
moraes_2002@yahoo.com.br

Larissa Borges Daltio
Universidade Federal do Espírito Santo / Brasil
larissa.daltio@hotmail.com

Luiz Alexandre Oxley da Rocha
Universidade Federal do Espírito Santo / Brasil
alexandre_mamute@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo é uma investigação da prática pedagógica de professores do Curso de Licenciatura em Ed. Física da UFES/Brasil referente aos seus planejamentos das disciplinas. O objetivo foi perceber a mobilidade dos planejamentos observando-se a mudança ou permanência das estruturas bibliográficas e curriculares que sustentam o curso e disciplinas tendo como base, as referências do Projeto Pedagógico do Curso. Alunos podem rejeitar conteúdos e professores podem ignorar programas e referências. Nesse sentido, questionamos: quais as referências utilizadas no desenvolvimento das disciplinas? Como as referências colocadas pelos professores responderam às propostas originais do Projeto Pedagógico? Como elas se justificam sobre a coerência entre disciplina e projeto pedagógico? Qual é o perfil de formação dado pelo conjunto de referências colocadas? Trata-se de análise documental dos programas de disciplinas e bibliografias utilizadas por professores de cada componente curricular do Projeto Político Pedagógico - PPP. Foi feita coleta de material didático de estudantes por período e por disciplina do curso. Podemos afirmar que todas as disciplinas sofreram modificações nas referências do programa original no que se refere exclusão e inclusão de referências. Afirmamos que as alterações modificam a concepção de formação do curso e o perfil de egresso. Ainda há outros problemas como fragmentação da formação

por meio de disciplinas ou em linhas de pensamento vinculados aos grupos de estudos.

Palavra-chave: Currículo, Ed. Física e Formação docente.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata de uma investigação acerca da prática pedagógica de professores do ensino Superior, do Curso de Licenciatura em Ed. Física do CEFD/UFES/Brasil, no que se refere aos seus planejamentos confrontados aos programas das disciplinas. Os programas são parte do sistema curricular, isto é, retratam as disputas travadas entre o ente produtor da política curricular e a Instituição formadora que produz seu PPP a partir da concepção da formação humana hegemônica em seu âmbito.

Procuramos compreender a relação entre o planejamento do professor e o currículo idealizado. Detemo-nos sobre as referências bibliográficas oficiais e as mudanças produzidas pelos professores para sua realização. Nesse sentido, as questões que nos guiam: quais são as referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento das disciplinas? Sendo o currículo é um projeto formativo em construção, como as referências bibliográficas colocadas pelos professores das disciplinas responderam às propostas originais do PPP? Como elas se justificam sobre a coerência entre disciplina e o PPP? Qual é o perfil de formação dado pelo conjunto de referências bibliográficas colocadas?

PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo caracteriza-se como uma análise documental, trata-se portanto, de uma pesquisa descritiva que utiliza fontes documentais como objeto de análise. Neste caso, as referências bibliográficas propostas para cada componente curricular no Projeto Pedagógico do Curso e a confrontação com os programas das disciplinas apresentados pelos professores aos estudantes para o desenvolvimento real das disciplinas.

Selecionamos os alunos que poderiam nos fornecer os materiais bibliográficos indicados e utilizados por todos os professores das disciplinas, por período, do atual currículo. Em seguida coletamos materiais de 39 (trinta e nove) disciplinas ministradas no período de 2011/1. Buscamos no Colegiado do Curso os programas prescritos do projeto pedagógico do curso e com os estudantes, os planejamentos formulados pelos próprios professores das disciplinas. A partir do material confrontamos os programas do PPP; os materiais bibliográficos indicados pelos professores e os materiais realmente utilizados.

A POLÍTICA CURRICULAR E O CURRÍCULO PRESCRITO

O currículo texto/escrito sofre a tensão dos agentes envolvidos na sua realização – professores, alunos, pais, corpo técnico, etc. – no entanto, por tratar-se de um texto que anuncia “um projeto de reprodução social e de produção da sociedade e da cultura desejáveis, converte-se em um campo de batalha que reflete conflitos muito diversos” (Paraskeva, 2008: 137). As políticas curriculares, por tratarem-se de textos normativos, instrumentalizadores, referências para o desenvolvimento dos currículos, são a expressão das intenções da sociedade, expressão da hegemonia do grupo dominante, e seu conteúdo indica os ideais educativos conquistados nos conflitos que se estabeleceram no processo de definição destas políticas.

Percebemos que as políticas curriculares, assim como os próprios currículos, não estão livres das interpretações e conseqüentemente de leituras determinadas pela formação cultural de quem as lê, assim como dos interesses de grupos dominantes locais ou mesmo dos conflitos representados nos pequenos grupos a quem cabe a definição dos currículos específicos.

Paraskeva (2008) alerta-nos, ainda para o fato de que a interpretação do documento que expressa a política curricular é uma “viagem” no plano das hipóteses, no sentido de atender as intenções do texto, mas que considera as interpretações dos sujeitos presentes no momento da sua definição e tendo como referência aquilo que se imagina, considerando que a “escola infelizmente tem sido sempre um exercício futuro”. O texto da política curricular

permite certa liberdade interpretativa. Os espaços de “interpretação criativa” existem, pois “contém ambigüidades, contradições e omissões que criam algum campo de manobra do domínio da interpretação”. Permitem a manifestação da pluralidade de sujeitos dentro dos limites impostos pelo próprio texto, o que reforça os ideais educativos e de formação da identidade cultural ali propostas, (Paraskeva, 2008: 141) Podemos afirmar, com isto, que os princípios, as concepções que subjazem ao texto tornam-se pressupostos para o desenvolvimento da política curricular

Neste caso, se não pelo convencimento, a hegemonia pode ser conquistada também pela coerção. Em primeiro lugar o texto da política curricular é um texto que incorpora a base legal e por isso seus princípios devem estar presentes e serem considerados na formulação dos currículos específicos. Em segundo as reformas curriculares são implantadas com seus processos avaliativos – do sistema educativo ao conhecimento apreendido pelos alunos – incorporadas aos projetos em processo de implantação.

É em meio a este ambiente de disputa ideológica que são formulados os currículos prescritos e, na maioria das instituições de ensino superior, é parte deste documento o chamado “ementário”, isto é, a matriz curricular é apresentada contendo, no mínimo, os nomes das disciplinas, as ementas e as referências bibliográfica que deverão ser utilizadas no processo de construção dos planos de curso dos professores. No caso da Instituição que estudamos, os programas das disciplinas são produzidos ainda no período de formulação do PPP e devem ser aprovados nos Departamentos, pois serão referência para a formulação dos planos semestrais dos professores.

Este trabalho apresenta a hipótese de que os/as professores/as das disciplinas não reconhecem as disputas que ocorrem nos processos de construção de hegemonia na formulação dos documentos das políticas curriculares e produzem, a partir de sua própria formação, os programas das disciplinas.

DISCUSSÃO DOS DADOS

No PPP do curso estudado existe um conjunto de atividades didáticas que funcionam em formatos de seminários, oficinas e interações dos estudantes com o campo de trabalho. Tais atividades não foram incluídas na investigação por fazerem parte de uma organização muito particular do projeto. Apesar de ser parte estruturante na formação de professores, idealizada pelo grupo autor do projeto, a execução de tais atividades ainda não possuem uma compreensão por parte dos professores e estudantes como atividades que consolidam a concepção de currículo implementado.

Assim percebemos que das 39 (trinta e nove) disciplinas estudadas, todas apresentaram modificações na bibliografia do programa original pelos professores. Em uma das disciplinas, ofertada ainda no 2º semestre, o programa original previa o desenvolvimento dos estudos com nove textos, enquanto que, apenas dois textos foram utilizados. As disciplinas que possuem conteúdos das Ciências Humanas e Sociais e da área Filosófica fizeram alterações significativas no quadro bibliográfico.

As disciplinas do campo específico da Ed. Física, observamos dois movimentos: a) exclusão da bibliografia indicada no projeto original; e b) manutenção de alguns autores com textos diferentes, o que pode representar atualização. Este movimento é compartilhado pelas disciplinas das Ciências da Educação como é o caso da “Política Educacional e Organização da Educação”, “Educação e sociedade”, “Educação e inclusão” e “Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais”.

Ainda há disciplinas de conteúdos clássicos que foram ministradas sem indicação de bibliografia, como é o caso de Comportamento Motor, Anatomia e Cinesilogia. Considerando o perfil e a concepção de currículo traçadas no projeto original, seria normal a exclusão e inclusão bibliográfica. Afinal, a formação de professores nesses campos de conhecimentos ainda possui um forte atrelamento à concepção biofisiológica. Uma visão pedagógica, do ponto de vista sócio-cultural, sobre esses conteúdos, ainda é uma raridade na formação de professores que ministram disciplinas correspondentes em cursos de graduação. Nem mesmo a sugestão expressa no nome da disciplina que

circula o conhecimento da anatomia conseguiu modificar o panorama, como foi o caso de “Corpo, Movimento e Conhecimentos Anatômicos e Cinesiológicos”. Podemos afirmar que essas alterações modificam sobremaneira, considerando as substituições de orientação epistemológica das referências bibliográficas, a concepção de formação do curso e certamente o perfil de egresso pretendido na provação do projeto. Além disso, outros problemas podem ser verificados como sobreposição de conteúdos, a retirada de conteúdos significativos e a fragmentação da formação por meio da organização de disciplinas descoladas da orientação pedagógica do curso e que acabam por se constituir em cursos com fim em si mesmos ou orientados a partir de linhas de pensamento vinculados aos grupos de estudos e pesquisa do CEFD.

De fato, a partir dos dados tratados, é possível observarmos que há outro currículo em ação. Na prática, não acontece a veiculação; exposição e ensino/aprendizagem dos conteúdos do currículo proposto pelo projeto pedagógico inicial do curso. Alguns professores não mudam o *status quo*, fixando-se aos autores de sua preferência geralmente vinculados aos estudos/pesquisas de seus laboratórios e/ou de sua afinidade, podendo não ser o conteúdo idealizado na concepção do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate aqui explicito se concentra na confrontação entre o currículo prescrito e o currículo em ação. O sistema curricular, como nos ensina Paraskeva (2008: 141), permite uma certa liberdade interpretativa do texto da política curricular, no entanto, a manifestação destas diferenças interpretativas está limitada ao que é normativo no texto. Isto é, os interesses da hegemonia conquistada pelo grupo dominante estão presentes no texto representativo da política curricular de forma que os ideais educativos de formação sejam fixados nos PPPs em construção.

Ora, se entendemos o currículo como construção humana, “um artefato social e cultural” (Silva 2003: 7), isto é, “um conjunto de ênfases e omissões” (Goodson, 1991: 16), de opções e decisões intencionais, pois interessadas, dos diversos sujeitos envolvidos no seu processo de elaboração, em certo momento

histórico, podemos compreender a produção da política curricular e ao mesmo tempo os interesses postos pelos professores ao definir, no caso deste estudo, as referências utilizadas para produzir seus planos de ensino desconsiderando, flagrante e solenemente, o PPP do Curso.

Trata-se, portanto, de uma decisão política do sujeito que acredita e defende seus vínculos intelectuais. Não cabe, nesta compreensão, a uma busca por um currículo idealizado que aproxime o que propõe o projeto pedagógico inicial do que são os interesses acadêmicos/intelectuais dos professores. Este acerto é feito de forma plena pelo próprio professor. Diferentemente das relações estabelecidas com o sistema de ensino e a produção de diretrizes para os diversos níveis e modalidades do ensino, não há divergências no momento de decidir sobre experiências e conhecimentos que devem ou não ser escolhidos para a composição curricular quando a decisão recai sobre as escolhas do próprio professor.

As comissões de (re)formulação de currículos das instituições devem compreender seu papel. Há uma disputa ideológica no processo de formação humana e profissional que acontece durante a realização do currículo explícito nas referências bibliográficas utilizadas pelos professores das diversas áreas do conhecimento. Estas diferenças, porém, podem ser interpretadas como um enorme problema para o Projeto Pedagógico (currículo prescrito) ou serem consideradas sua principal riqueza. Trata-se de apostar na pluralidade, na radicalização de uma concepção democrática de currículo. Que só estará expressa nestes, se todos os segmentos puderem participar, isto é, serem ouvidos e de fato decidir sobre seus princípios, estrutura e fundamentalmente sobre suas disciplinas.

REFERÊNCIAS

- Ângulo, J. F. (1994) ?A qué llamamos curriculum? in: Ângulo, J. F.; Garcia, N. (Coords.). **Teoria y desarrollo del curriculum**. Málaga: Ediciones Aljibe,.
- GOODSON, I. **Currículo**: teoria e história. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Paraskeva, João M. (2008). Educação e poder. Abordagens críticas e pós-estruturais, Mangualde: Edições Pedago.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (1999). **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica.